

MARTINS, Silveira

*dep. geral RS 1872-1878; min. Faz 1878-1879; dep. geral RS 1879-1880; sen. RS 1880-1889; pres. RS 1889; rev. 1893.

Gaspar da Silveira Martins nasceu na estância pertencente a seu avô situada em Cerro Largo, na República Oriental do Uruguai, a 5 de agosto de 1834, filho de Carlos Silveira de Moraes Ramos e de Maria Joaquina das Dores Martins. Foi batizado em Bagé, no Rio Grande do Sul, em 5 de março de 1835, data que consta em diferentes registros como sendo a de seu nascimento.

Fez seus primeiros estudos nos colégios Professor Antônio José Domingos e Vitório da Costa, estudou dois anos na Faculdade de Direito do Recife e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1855. Em 1859 foi juiz municipal na Corte e em 1862 foi eleito deputado provincial no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, fundou em 1865 o jornal *A Reforma*, que posteriormente funcionaria como o órgão oficial dos federalistas gaúchos.

UM LIBERAL NO IMPÉRIO

Em 1872 foi eleito deputado geral pelo Rio Grande do Sul e a partir de então se destacou no Partido Liberal. Duas vezes reeleito, licenciou-se ao ser nomeado ministro da Fazenda após a posse do gabinete Sinimbu, organizado pelos liberais em 5 de janeiro de 1878. Sua gestão, entre 13 de fevereiro de 1878 e 8 de fevereiro de 1879, se caracterizou pelo aumento de impostos e uma severa política de economia para fazer face ao déficit orçamentário dos exercícios de 1877 a 1878, anos de grandes despesas, agravadas pela terrível seca que assolou o Nordeste do país. Regulamentou também o Serviço de Loterias da Corte. Por tentar o recurso da emissão, foi severamente atacado no Parlamento, o que o levou a deixar o cargo. Reassumiu então sua cadeira de deputado.

Ainda no exercício do cargo de ministro, Silveira Martins se opusera ao projeto de reforma eleitoral proposto por Sinimbu, por discordar da emenda que retirava dos não católicos os direitos de voto e de elegibilidade. Já de volta à Assembleia Geral, em 16 de abril de 1879 discutiu a questão com Rui Barbosa, que fora incumbido de defender as ideias do gabinete. A discussão entre os dois talentosos tribunos foi um verdadeiro duelo de oratória.

Foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1880, e ocupou uma cadeira no Senado até 1889. Em 24 de julho desse ano foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul. Ao assumir o governo, retirou da Escola Militar de Porto Alegre vários alunos e professores, o que suscitou o protesto do marechal Deodoro da Fonseca contra a ingerência de civis em assuntos especificamente militares. Ocupou o cargo até 6 de novembro do mesmo ano, quando foi substituído por Justo de Azambuja Rangel.

Em meio aos episódios que antecederam a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi cogitado para ocupar a presidência do Conselho de Estado. A sugestão foi feita pelo então ocupante do cargo, o visconde de Ouro Preto, que renunciou frente à pressão do movimento militar liderado por Deodoro da Fonseca. Contudo, havia dois empecilhos que inviabilizavam seu nome como novo presidente do Conselho. Primeiro, o senador gaúcho estava em viagem de sua província para o Rio de Janeiro, onde chegaria somente alguns dias depois. Segundo, seria difícil fazer Deodoro aceitar um ministério presidido por Silveira Martins, pois os dois eram inimigos desde o tempo em que o marechal servira no Rio Grande do Sul, quando disputaram as graças da baronesa do Triunfo. Desde então, Silveira Martins não perdera oportunidade para provocar Deodoro. Para tanto, utilizou-se de todos os espaços possíveis, entre eles a tribuna do Senado, onde proferiu virulento discurso contra o desafeto.

Além disso, de acordo com José Murilo de Carvalho, a sugestão de Ouro Preto teria decorrido, possivelmente, de um desejo de vingança deste em relação a Deodoro. No entanto, conhecedores da desavença existente entre Deodoro e Silveira Martins, os demais integrantes do Conselho de Estado optaram por uma solução conciliadora, ou seja, pela nomeação do conselheiro Saraiva, que foi proposta ao imperador. A mudança não impediu que chegassem a Deodoro boatos de que Silveira Martins substituiria Ouro Preto. Existiram ainda outros boatos, como, por exemplo, o que pregava a dissolução do Exército. A boataria parece ter tido relevância na mudança de atitude de Deodoro, que, apesar de ter desejado apenas derrubar o gabinete Ouro Preto, acabou por proclamar a República.

Com a derrocada da monarquia, Silveira Martins, assim como vários outros, foi preso e deportado. Vivendo exilado na Europa, encontrou-se algumas vezes com dom Pedro II. Em um desses encontros, propôs ao imperador e à princesa Isabel o retorno da família imperial ao Brasil. A proposta foi recusada por ambos, sobretudo pela princesa Isabel, que, frente ao

afastamento da República em relação à Igreja, afirmou não poder entregar a educação de seus filhos ao país, argumento que causou certa indignação em Silveira Martins.

DEFENSOR DA REPÚBLICA PARLAMENTARISTA

Em 19 de novembro de 1890 o presidente Deodoro da Fonseca decretou a anulação do banimento dos monarquistas, e em 5 de janeiro de 1892 Silveira Martins aportou na cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebido com aclamações. Àquela altura, a jovem República já havia passado por um primeiro grande embate: em 3 de novembro de 1891, encontrando dificuldades para manter seu veto ao projeto que limitava os poderes do Executivo, Deodoro fechara o Congresso Nacional, provocando forte reação. No Rio Grande do Sul, o presidente estadual Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), hostilizado por ter apoiado Deodoro, renunciara em 12 de novembro e fora substituído por uma junta governativa composta pelos republicanos dissidentes Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, Manuel Luís da Rocha Osório e o general Domingos Alves Barreto Leite. No plano nacional, diante da ameaça de bombardeio da capital federal, o próprio Deodoro renunciara à presidência da República em 23 de novembro, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro no início de 1892, Silveira Martins encontrou-se com Floriano Peixoto e defendeu a República parlamentarista. Em 8 de fevereiro chegou ao Rio Grande do Sul e, em 26, a Porto Alegre, onde se deparou com um clima de forte instabilidade política, suscitado por movimentos oposicionistas organizados por correntes de ex-liberais e de republicanos com tendências positivistas. Em 19 de março, Barros Cassal passou a responder sozinho pelo governo do estado. A fim de enfraquecer a oposição, decretou a supressão do anonimato na imprensa e o adiamento das eleições estaduais. Tais medidas provocaram a reação tanto dos castilhistas, partidários de Júlio de Castilhos, como dos liberais aglutinados em torno de Silveira Martins, que acusou os governos federal e gaúcho de “ditaduras comtistas”, ou seja, influenciadas pela filosofia positivista de Augusto Comte.

A partir de sua defesa do parlamentarismo, Silveira Martins conseguiu reunir no dia 31 de março de 1892 um grande número de pessoas no encontro que ficou conhecido como Congresso ou Convenção de Bagé. Nele foi lançado o Partido Federalista ou Partido

Republicano Federal, para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos. Silveira Martins foi, então, aclamado chefe do partido recém-fundado. No encontro, foram aprovados os seguintes princípios: substituição da Constituição estadual considerada positivista por uma Constituição representativa modelada segundo os princípios do governo parlamentar; eleição do presidente do estado por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara pelo período de quatro anos por distritos eleitorais e renovação do mandato bienalmente por metade; iniciativa do governo e da Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competiam exclusivamente a esta; autonomia municipal; Poder Judiciário dos estados; liberdade de imprensa etc. Durante o encontro, o general João Nunes da Silva Tavares foi lançado como futuro candidato do partido à presidência do Rio Grande do Sul. Os partidários de Castilhos, contudo, também almejavam reconquistar a presidência do estado e, para tanto, planejaram derrubar Barros Cassal. A decisão do golpe foi registrada em ata que contou com a assinatura de vários políticos locais, entre eles os generais Hipólito Ribeiro e Francisco Rodrigues de Lima, Pinheiro Machado, Manuel do Nascimento Vargas, Evaristo Amaral e mais outros 12 chefes locais.

Temeroso de que Silveira Martins e seus partidários conquistassem a presidência do Rio Grande do Sul e certo de que o grupo defenderia o parlamentarismo, o presidente Floriano Peixoto passou a apoiar Júlio de Castilhos em suas pretensões, apesar de ter antipatizado com o apoio por ele dado ao golpe de Deodoro contra o Congresso. O plano de Floriano era o seguinte: Castilhos assumiria o poder, mas o cederia imediatamente a um vice, escolhido pelo presidente da República.

Em meio às disputas políticas, Silveira Martins encontrou-se com Júlio de Castilhos entre maio e junho de 1892. Nesses encontros, possivelmente articulados por Ferreira Pinto, amigo comum, propôs algumas soluções conciliadoras no intuito de evitar um conflito armado. Sugeriu, por exemplo, a elaboração de uma Constituição estadual capaz de fazer concessões aos partidos de ambos. Todavia, Castilhos se opôs a qualquer conciliação e reafirmou seu propósito de assumir a presidência do estado, independentemente de eleições.

Diante das ameaças dos castilhistas, Silveira Martins, Barros Cassal, o general Barreto Leite e outros se reuniram e entregaram o governo, em 8 de junho de 1892, a José Antônio Correia da Câmara, o marechal Câmara, visconde de Pelotas. A medida significou uma

rápida ascensão dos gasparistas à presidência do estado, mas encontrou forte resistência entre os castilhistas e o governo federal, o que suscitou, em 17 de junho, a queda do visconde de Pelotas, que transmitiu o cargo a seu vice, também gasparista, o general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares. Concomitantemente à posse deste último, Júlio de Castilhos foi empossado por seus partidários como presidente do estado e no dia seguinte transmitiu o governo a seu vice, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, cumprindo a exigência imposta por Floriano Peixoto. Instituiu-se, portanto, uma dualidade de governos, o que redundou na eclosão de conflitos armados promovidos por ambas as partes, empenhadas em se manter no poder.

Os gasparistas, também chamados de “maragatos”, foram organizados por Silva Tavares, que conseguiu reunir cerca de quatro mil homens. Com armamento precário, os maragatos não conseguiram resistir às tropas castilhistas, que contavam com o apoio do governo. Por insistência de Silveira Martins, Silva Tavares depôs as armas perante as forças federais comandadas pelo general Artur Oscar, com a condição de que estas não invadissem a cidade de Bagé. Em 24 de junho, contudo, Barros Cassal liderou um malogrado movimento naval que tentou depor Vitorino Monteiro. Após esse episódio, os castilhistas iniciaram uma repressão generalizada contra a oposição, criando para tanto a Brigada Militar. Em 27 de setembro Vitorino Monteiro transmitiu o governo a Fernando Abbott, que conduziu as eleições que levaram Júlio de Castilhos ao poder em 25 de janeiro de 1893. A reação dos maragatos a Júlio de Castilhos levou à deflagração, no mês seguinte, da Revolução Federalista, que se estenderia até meados de 1895. Os conflitos da Revolução Federalista foram marcados por ampla destruição material, degola e fuzilamento de prisioneiros. A violência forçou muitos gaúchos ao exílio, e entre eles estava Silveira Martins, que buscou abrigo na Argentina e no Uruguai. A distância, todavia, não o afastou dos problemas políticos nacionais.

Enquanto a Revolução Federalista sacudia o Sul do país, em setembro de 1893, no Rio de Janeiro, eclodiu a Revolta da Armada, movimento de oposição ao governo de Floriano Peixoto liderado pelo almirante Custódio de Melo e, posteriormente, por Saldanha da Gama. Ciente da fraqueza das tropas federalistas no Rio Grande do Sul, Silveira Martins entrou em contato com Custódio de Melo. Seu intuito era o de juntar as duas revoltas e estabelecer em Santa Catarina um novo governo. Contudo, o governo composto pelos

rebeldes na cidade de Desterro (posteriormente Florianópolis) foi caracteristicamente positivista e avesso ao parlamentarismo defendido pelos gasparistas, o que gerou contrariedade entre estes. As divergências políticas redundaram em uma ruptura entre os elementos revolucionários, que partiram de Santa Catarina rumo ao Paraná, Rio de Janeiro etc. Todavia, a correspondência entre Silveira Martins e Custódio de Melo continuou.

Em 4 de janeiro de 1894, após a entrada de Saldanha da Gama na Revolta da Armada, o que deu ao movimento aspectos monarquistas, um emissário foi enviado a Buenos Aires para pedir a Silveira Martins que convencesse os líderes militares federalistas sediados na cidade de Desterro, entre eles o maragato Gumerindo Saraiva, a enviar ao Rio de Janeiro um contingente de mil ou dois mil homens, o que possibilitaria o ataque a Niterói. No entanto, os esforços coordenados entre as duas revoltas foram insuficientes frente à superioridade bélica das forças do governo federal, que contou, ainda, com a ajuda dos Estados Unidos, já que o governo norte-americano vendeu ao Brasil embarcações que foram empregadas no ataque final desfechado contra o movimento da Armada. Assim, a guerra teve seu término em junho de 1895 e acabou com um saldo de cerca de dez mil homens mortos, muitos deles vítimas de degola.

Após o conflito, Silveira Martins continuou a viver no exílio, em sua estância Rincón Pereira, no Uruguai. Sua atuação política nesse período foi reduzida.

Faleceu em Montevideu no dia 23 de julho de 1901.

Ao longo da vida foi agraciado com o título de grão-mestre da Maçonaria e teve vários de seus discursos publicados: *Da necessidade da reforma administrativa* (1869), *Crítica Literária*, *Um ministro negociante* (1877); *Um discurso parlamentar de Silveira Martins* (1921, ed. póstuma); *O radicalismo* (1922, ed. póstuma).

Cristina Luna

FONTES: CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. D. *Pedro II*; GONÇALVES, J. *Rui Barbosa*; MACHADO, M. *Rui Barbosa*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; Páginas oficiais na internet da Câmara dos Deputados, Senado e Ministério da Fazenda.